PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Legislação e Monitoramento Ambiental

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 1: De acordo com o art. 225. da Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Visando assegurar a efetividade desse direito, o § 1º do referido artigo estabelece uma série de incumbências ao poder público. Com base nisso, aponte 05 (cinco) desses deveres previstos no texto constitucional.

De acordo com o § 1º do art. 225. da Constituição Federal de 1988, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A.

Referência: BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Artigo 225, § 1º, incisos I ao VIII.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

_____
_____
Avaliador 1 (Gilmar Conte) **Avaliador 2 (Josiane Teresinha Cardoso)**

_____
_____
Avaliador 3 (nome e assinatura) **Presidente da Banca (Juliana**

Pág. 01 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

Ferreira Soares)

Pág. 02 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Legislação e Monitoramento Ambiental

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 2: Os princípios do direito ambiental são os fundamentos jurídicos que orientam e dão suporte à legislação ambiental e à proteção do meio ambiente. Entre eles, destacam-se os princípios da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, da participação pública e da informação. Com base nisso, explique os referidos princípios e cite exemplos de instrumentos/normas que os evidenciem na prática.

Princípio da prevenção: A prevenção consiste em um princípio basilar do direito ambiental pela simples constatação de que é bem mais eficiente e barato prevenir danos ambientais do que repará-los. A prevenção pressupõe uma razoável previsibilidade dos danos que poderão ocorrer a partir de determinado impacto. Exemplos: 1) Constituição brasileira art. 225, § 1º, IV, o Estudo de Impacto Ambiental deve ser exigido previamente à ação proposta. Lei Federal 6.938 de 1981 – o licenciamento ambiental deve ser prévio à respectiva ação proposta.

Princípio da precaução: A precaução pressupõe uma razoável imprevisibilidade dos danos que poderão ocorrer dada a incerteza científica dos processos ecológicos envolvidos. Exemplos: 1) Lei Federal 11.105 de 2005, estabelece a política nacional de biossegurança, adota expressamente no art. 1º o princípio da precaução. 2) Lei Federal 11.428 de 2006, disciplina a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Princípio do poluidor pagador: Consiste no dever do poluidor de pagar pelo custo ambiental decorrente da poluição, seja de forma preventiva, por meio de investimento em tecnologias e de outros mecanismos, seja por medidas reparadoras, quando o dano ambiental já ocorreu. Impõem-se ao poluidor a responsabilidade pelo custo social da degradação ambiental por ele produzida. Exemplos: Constituição brasileira art. 225, § 3º, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos. 2) Lei Federal 6.938 de 1981, art. 4º, VII, imposição ao poluidor e predador da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.

Princípio da participação pública: Consiste em dar oportunidade para a sociedade para, seja de forma individual, seja por intermédio das mais diversas organizações sociais, participar efetivamente do processo decisório das autoridades governamentais competentes no tocante à política ambiental a ser implementada. Exemplos: 1) Decreto 4.340 de 2002, art. 5º, a consulta pública é obrigatória para a criação de unidade de conservação. 2) Lei Federal 11.284 de 2006, a consulta pública é requisito prévio indispensável para a concessão de floresta pública.

Princípio da informação: Consiste em um dos fundamentos de um regime democrático, impondo transparência e moralidade aos atos da administração pública. Está ligado ao princípio da participação pública. Para que a oportunidade para a participação pública seja efetiva, faz-se fundamental que a administração pública assegure previamente ao público em geral o direito de acesso a todas informações, dados e estudos existentes relativos ao tema em análise. Exemplos: Constituição brasileira art. 225, § 1º, IV, deve ser dada publicidade ao Estudo de Impacto Ambiental. 2) Lei Federal 6.938 de 1981, traz como um dos instrumentos da PNMA o sistema nacional de informações relativas ao meio ambiente.

Referência: BELTRÃO, Antonio F. G. Curso de direito ambiental/Antonio Beltrão. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009. Pg. 35 – 50.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

_____

_____

Avaliador 1 (Gilmar Conte) **Avaliador 2 (Josiane**

Pág. 03 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

Teresinha Cardoso)

_____

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura)

Presidente da Banca (Juliana Ferreira Soares)

Pág. 04 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Legislação e Monitoramento Ambiental

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 3: A avaliação da qualidade da água é fundamental para verificar se os recursos hídricos atendem aos padrões estabelecidos para seus diferentes usos, além de subsidiar ações de controle e gestão ambiental. Para a obtenção de informações sobre a qualidade da água, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda três abordagens principais: monitoramento, vigilância e levantamento especial. Explique as diferenças entre monitoramento, vigilância e levantamento especial quanto aos seus objetivos, métodos de aplicação e utilização na avaliação da qualidade da água. Apresente exemplos de situações em que cada uma dessas abordagens pode ser empregada.

O monitoramento consiste na coleta e análise periódica e sistemática de amostras de água em locais previamente definidos. Seu principal objetivo é acompanhar a evolução da qualidade da água ao longo do tempo, identificando tendências, variações sazonais e possíveis fontes de poluição. É uma atividade contínua, realizada de acordo com um plano de amostragem estabelecido. Exemplo: acompanhamento mensal da qualidade da água de um rio utilizado para abastecimento público.

A vigilância tem como foco a proteção da saúde pública, verificando se a água distribuída à população atende aos padrões de potabilidade. Além da análise laboratorial, envolve inspeções sanitárias, fiscalização e avaliação dos riscos associados ao abastecimento de água, permitindo a adoção de medidas corretivas quando necessário. Exemplo: controle realizado pelos órgãos responsáveis por verificar a qualidade da água fornecida por sistemas de abastecimento urbano.

O levantamento especial é uma investigação realizada para atender a uma necessidade específica ou esclarecer uma situação pontual. Não possui caráter contínuo, sendo executado durante um período limitado para obter informações detalhadas sobre determinado problema ou evento. Exemplo: estudo da qualidade da água após um derramamento de produto químico em um rio.

Referência: DERISIO, Jose Carlos. Introdução ao controle de poluição ambiental. 3ª ed. São Paulo: Ed. Signus, 2007.
Capítulo 2: Recurso Água. Pág. 17.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

_____

_____

Avaliador 1 (Gilmar Conte) **Avaliador 2 (Josiane Teresinha Cardoso)**

_____

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura) **Presidente da Banca (Juliana Ferreira Soares)**

Pág. 05 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Legislação e Monitoramento Ambiental

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 4: A Resolução Conama nº 506, de 5 de julho de 2024 estabelece padrões de qualidade do ar para determinados poluentes atmosféricos, tais como: Material Particulado - MP10, Material Particulado - MP2,5, Dióxido de Enxofre - SO2, Dióxido de Nitrogênio - NO2, Ozônio - O3, Fumaça, Monóxido de Carbono – CO, Partículas Totais em Suspensão – PTS e Chumbo - Pb. Entretanto, existem substâncias potencialmente prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana que não possuem padrões ou limites claramente estabelecidos na legislação nacional, sendo denominadas poluentes não legislados. Considerando os desafios relacionados ao monitoramento deste tipo de poluentes, os não legislados:

a) Explique quais são as principais dificuldades relacionadas ao monitoramento e à avaliação dos poluentes não legislados, considerando especialmente a ausência de padrões legais para comparação dos resultados obtidos.

b) Apresente e descreva alternativas que podem ser utilizadas para estabelecer valores de referência para esses poluentes.

a) Principais dificuldades relacionadas aos poluentes não legislados
A principal dificuldade relacionada aos poluentes não legislados é a ausência de regras claras e de consenso sobre quais poluentes devem ser monitorados, como realizar esse monitoramento e, principalmente, quais padrões devem ser utilizados para avaliar os resultados obtidos. Assim, mesmo quando é possível realizar a amostragem e determinar as concentrações de determinados poluentes no ar, existe a dificuldade de interpretar os resultados, uma vez que não há valores de referência legalmente estabelecidos para comparação.

b) Alternativas para estabelecer valores de referência
1. Utilização dos valores recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS): recorrer aos valores máximos recomendáveis publicados pela OMS, que, embora não tenham força legal, podem servir como referência para poluentes adicionais.
2. Utilização de padrões da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA): recorrer às normas e aos valores máximos permitidos pela legislação norte-americana, que apresenta referências para determinados poluentes, como metais e hidrocarbonetos específicos.
3. Utilização de legislações de outros países, como Alemanha, Inglaterra.

Referencia: FRONDIZI, A.C.; Monitoramento da Qualidade do Ar, teoria e prática. Editora e-papers 2008. Pg. 59-64.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

_____

_____

Avaliador 1 (Gilmar Conte) **Avaliador 2 (Josiane Teresinha Cardoso)**

_____

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura) **Presidente da Banca (Juliana Ferreira Soares)**

Pág. 06 de 06 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043498/2026 e o código PYZ67A35.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **PYZ67A35**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JULIANA FERREIRA SOARES (CPF: 022.XXX.960-XX) em 05/11/2026 às 16:38:49
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/03/2020 - 15:12:49 e válido até 10/03/2120 - 15:12:49.
(Assinatura do sistema)

GILMAR CONTE (CPF: 026.XXX.169-XX) em 06/11/2026 às 13:50:29
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:34:21 e válido até 30/03/2118 - 12:34:21.
(Assinatura do sistema)

JOSIANE TERESINHA CARDOSO em 06/11/2026 às 15:55:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:38:47 e válido até 30/03/2118 - 12:38:47.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNDM0OThfNDM1MDhfMjAyNl9QWVo2N0EzNQ== ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **UDESC 00043498/2026** e o código **PYZ67A35** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.